



Número: **5003061-61.2021.4.03.6130**

Classe: **AÇÃO CIVIL COLETIVA**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal de Osasco**

Última distribuição : **27/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Atualização de Conta**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPECERICA DA SERRA (AUTOR)		VANESSA DE MATOS TEIXEIRA SALIM (ADVOGADO)	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (REU)		MARIANA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55116321	09/06/2021 17:20	Despacho	Despacho



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

30ª Subseção Judiciária de São Paulo - 1ª Vara Federal de Osasco
Rua Avelino Lopes, 281/291 - Centro - Osasco, SP - CEP 06090-035
Tel: (11) 2142-8600 - email: osasco-se01-vara01@trf3.jus.br

AÇÃO CIVIL COLETIVA (63) Nº 5003061-61.2021.4.03.6130

AUTOR: SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPECERICA DA SERRA

Advogados do(a) AUTOR: VANESSA DE MATOS TEIXEIRA SALIM - SP240547, MARIANA RIBEIRO DA SILVA - SP262538

REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

DESPACHO

O valor atribuído à causa deve corresponder ao benefício econômico passível de obtenção em caso de procedência dos pedidos iniciais, razão pela qual não pode ser fixado segundo a vontade das partes.

Em ações como a presente, o valor da causa deverá respeitar a prescrição para a cobrança das diferenças vencidas, conforme já decidido pelo STF (ARE 709212 - O prazo prescricional aplicável à cobrança de valores não depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é quinquenal, nos termos do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal).

Assim, determino que a parte autora emende a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, trazendo aos autos **demonstrativo de cálculo utilizado para fixar o valor da causa.**

INDEFIRO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, devendo a parte autora **recolher as custas** processuais na Caixa Econômica Federal, conforme demonstrativo de cálculo, no prazo de 15 (quinze) dias.

Fica cientificada de que o descumprimento ensejará o cancelamento da distribuição, na forma do parágrafo 1º, do art. 82 e do art. 290, ambos do Código de Processo Civil.

Int.

